

BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 16.539.825/0001-19

Balancos patrimoniais em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil)			
Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		5.276	3.692
Caixa e equivalentes de caixa	8	554	380
Títulos e valores mobiliários	9	1.168	-
Concessionárias e permissonárias		352	330
Contas a receber - ativo financeiro	10	3.181	2.945
Despesas antecipadas		9	13
Outros créditos		12	23
Não circulante		273	25.155
Contas a receber - ativo financeiro	10	22.606	22.774
Total do ativo não circulante		22.606	22.774
Total do ativo		27.882	26.466
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		273	25.155
Fornecedores		15	461
Empréstimos e financiamentos	11	-	24.536
Impostos e contribuições sociais		41	34
Dividendos a pagar		77	77
Outras contas a pagar		140	48
Não circulante		2.199	2.192
PIS e COFINS diferidos	12	1.969	1.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos		230	227
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		25.410	(881)
Capital social	15	25.920	200
Prejuízos acumulados		(510)	(1.081)
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		27.882	26.466

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil)						
	Nota	2015	2014			
Receita líquida	16	3.873	7.999			
Custos operacionais	17	(1.105)	(5.707)			
Lucro bruto		2.768	2.293			
Despesas administrativas	18	(153)	(265)			
Lucro operacional		2.615	2.028			
Receitas (despesas) financeiras						
Receitas financeiras	18	39	6			
Despesas financeiras	18	(1.963)	(2.945)			
Total do resultado financeiro líquido	18	(1.924)	(2.939)			
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social		690	(911)			
Imposto de renda e contribuição social	13	(119)	(259)			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		571	(1.170)			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)						
Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em mil R\$)						
		Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2013		100	8	81	-	189
Integralização de capital - AGE 24/03/2014		100	-	-	-	100
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.170)	(1.170)
Absorção de reserva legal		-	(8)	-	-	8
Reversão de dividendo adicional proposto		-	-	(81)	81	-
Saldos em 31/12/2014		200	-	-	(1.081)	(881)
Integralização de capital - AGE 16/07/2015		25.720	-	-	-	25.720
Lucro líquido do exercício		-	-	-	571	571
Saldos em 31/12/2015		25.920	-	-	(510)	25.410

método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva. d. **Instrumentos Financeiros:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. i. **Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes - ativo financeiro. e. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** i. **Ativos financeiros não derivativos:** São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ii. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. f. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. g. **Títulos e valores mobiliários:** Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. h. **Concessionárias e Permissonárias:** Referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços. i. **Ativo financeiro:** O ativo financeiro decorrente do contrato de concessão é reconhecido quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte indicada para os serviços de construção ou melhoria. Tais ativos são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. j. **Tributação e encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 3,0% e 0,65%; • Reserva Geral de Reversão - RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL. • As concessionárias e permissonárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Anel nº 504/12. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. k. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (j) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. l. **Provisões:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. m. **Distribuição de dividendos:** A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo (quando aplicável), a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. 7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. • IFRS 9 - Instrumentos financeiros: • IFRS 15 - Receita de contratos de clientes. • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola. • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014. • Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamento de divulgações das Demonstrações Financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

	2015	2014
8 Caixa e equivalentes de caixa:	554	380
Banco	554	380

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. 9 **Títulos e valores mobiliários**

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2014	2013
Banco Santander	Fundo de investimento	101% CDI	1.016	-
Banco Itaú BBA	Operação compromissada	100% CDI	152	-
			1.168	-

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento cujas cotas podem ser resgatadas a qualquer momento, sem prejuízo de rentabilidade e a sua carteira é composta por títulos atrelados à taxa CDI.

	2015	2014
10 Contas a receber - ativo financeiro		
Serviços de construção	27.111	22.402
Remuneração do ativo financeiro	2.471	2.270
Recebimento	(3.795)	(1.047)
Saldo em 31.12	25.787	25.719
Circulante	3.181	2.945
Não Circulante	22.606	22.774
Total Ativo Financeiro	25.787	25.719

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis. Abaixo, um resumo de alguns aspectos do Contrato de Concessão: • Contrato assinado em 27 de agosto de 2012 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão; • A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão o pagamento da Receita Anual Permissória (RAP), salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; • A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico; • A Transmissora fica obrigada a aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e em eficiência energética; • Por infrações às disposições legais, regulamentares e ou contratuais estará sujeita à penalidade de multa aplicada pela

Demonstração dos fluxos de caixa exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil)			
	2015	2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2015	2014	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	571	(1.170)	
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Impostos diferidos	7	486	
Juros e variação monetária sobre empréstimos	1.913	2.577	
Remuneração do ativo financeiro	(2.471)	(8.085)	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber - ativo financeiro	2.403	1.047	
Concessionárias e permissonárias	(21)	(330)	
Despesas antecipadas e outros créditos	16	9	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(446)	(8.245)	
Impostos e contribuições sociais	7	(64)	
Outras contas a pagar	92	44	
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(3.099)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.028)	(13.731)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	(1.168)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(1.168)	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos - liberação	1.650	15.350	
Integralização de capital	25.720	100	
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(25.000)	(1.513)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.370	13.937	
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	174	206	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	380	174	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	554	380	
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	174	206	

ANEEL nos termos de resolução específica, no valor máximo por infração de 2% do montante da Receita Anual Permissória da Transmissora dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do ato de infração. • Compromisso do acionista controlador: O acionista controlador obriga-se a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar as ações que fazem parte do grupo de controle sem a prévia concordância da ANEEL.

	2014	Liberação	Juros	Amortização de juros	Amortização do principal	2015
Itaú	24.536	1.650	1.913	(3.099)	(25.000)	-
	24.536	1.650	1.913	(3.099)	(25.000)	-
						2015
						2014
						-
						-

Referre-se ao Contrato de Financiamento Mediante Cédula de Crédito Bancário estabelecido com o Banco Itaú Unibanco S/A em 12 de novembro de 2013, destinado à implantação das Instalações de Transmissão da Brilhante II. O financiamento do Banco Itaú Unibanco S/A com vencimento em 10/08/2015, foi liquidado em 17/07/2015, com aporte dos sócios para esse fim e, era garantido por: (i) Carta de garantia dos acionistas assinada com o Banco Itaú Unibanco S/A, já resgatada. **12 PIS e COFINS diferidos:** Referem-se aos encargos de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, na aplicação do ICPC 01 (R1), que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema.

	2015	2014
	1.969	1.965
	1.969	1.965

13 Imposto de renda e contribuição social: A companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Imposto de renda		
Contribuição social	4.095	4.095
Imposto de renda	8%	12%
Contribuição social	328	491
Imposto de renda ajustado	39	39
Receita financeira	367	530
	15%	9%
	10%	10%
Total do IRPJ e CSLL correntes	(68)	(48)
Diferido		
IR e contribuição social - ICPC 01	(2)	(1)
Total do IRPJ e CSLL diferidos	(2)	(1)
	2015	2014
	(119)	(259)

Total de IRPJ e CSLL no resultado **14 Passivo contingente:** A Companhia possui passivo contingente relacionado à questões tributárias que não está provisionado. Com base na nova regulamentação, Lei 12.973/2014 têm surgido interpretações divergentes sobre a base de cálculo do lucro presumido. A Companhia decidiu em base a parecer tributário emitido por seus assessores jurídicos externos em manter as alíquotas utilizadas até a data, visto que a questão não transitou ainda pelos tribunais superiores de justiça, a companhia avalia o risco como possível e estima a contingência na ordem de R\$ 384, em 31 de dezembro de 2015, incluindo potencial multa e juros. **15 Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito é de R\$ 25.920 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2014), dividido em 25.920.000 ações ordinárias sem valor nominal (200.000 em 31 de dezembro de 2014), totalmente integralizadas. Em 16 de julho de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, conforme AGE, no montante de R\$ 25.720. O capital subscrito e integralizado da Companhia é composto como se segue:

	Ações ordinárias nominativas 2015	Ações ordinárias nominativas 2014
Celeo Redes Brasil S.A.	12.960.000	100.000
Lintran do Brasil Participações S.A.	12.960.000	100.000
	25.920.000	200.000

	2015	2014
16 Receita operacional líquida		
Receita de construção	905	5.910
Receita de remuneração do ativo financeiro	2.471	2.175
Receita de operação e manutenção	521	167
Outras receitas	300	-
	4.198	8.252

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita bruta	4.198	8.252
(-) PIS e COFINS	(153)	(206)
(-) Quota para RGR e pesquisa e desenvolvimento	(172)	(47)
Receita líquida	3.873	7.999
17 Custos operacionais	2015	2014
Obras e Montagens	(15)	(11)
Material e equipamentos	(863)	(1.823)
Serviços prestados	(219)	(693)
Consultoria e assessoria	-	(77)
Comissionamento	-	(197)
Meio ambiente	-	(59)
Adiantamento a fornecedor	-	(1.000)
Outros	(8)	(69)
Total	(1.105)	(5.707)
18 Despesas administrativas	2015	2014
Serviços prestados	(10)	(32)
Gerais e administrativas	(143)	(233)
Total	(153)	(265)
19 Resultado financeiro	2015	2014
Receita de aplicações financeiras:	39	6
Receitas financeiras	39	6
Juros de empréstimos e financiamentos	(1.934)	(2.865)
Outras despesas financeiras	(29)	(80)
Despesas financeiras	(1.963)	(2.945)
	(1.924)	(2.939)

20 Transação com partes relacionadas: a. Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Companhia. A remuneração é realizada pela Holding. b. **Transações comerciais**

	2015	2014
Passivo circulante		
São Simão Montagens e Serviços Ltda.	-	121
Brilhante Transmissora de Energia S.A.	13	-
Total	13	121

Os saldos de partes relacionadas acima estão sendo apresentados dentro da rubrica de fornecedores. **21 Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia. **21.1 Gerenciamento de riscos:** Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito.: b. Risco de mercado. c. Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. **a. Riscos de crédito:** E o risco de a Companhia incorrer

BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 16.539.825/0001-19

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador

	2014	2013
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários): CDI	1.168	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir: **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. • Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário		
			Cenário provável (*)	rio A	rio B
Queda da taxa					
Aplicações financeiras	1.168	CDI	128	96	64
Referência para ativos financeiros		Cenário provável	-25%	-50%	
			11%	8,25%	5,5%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação: A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderá não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **Risco de captação:** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **c. Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

21.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber - ativo financeiro

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **21.3 Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários. • **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • **Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida

Categoria

Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e recebíveis

Custo amortizado
Custo amortizado

através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2015. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **21.4 Hierarquia do valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo: • **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **22 Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **23 Seguros:** A Companhia adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Impor-tância segurada
Riscos			
Subestação Sidrolândia - MS	nomeados	30/06/2016	16.215

Francisco Antolin Chica Padilla - Diretor - Alfonso Brunner Beamud - Diretor - Claudino Luis Pita de Oliveira - Contador - CRC-RJ 106265/0-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da Brilhante II Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ - Examinamos as demonstrações financeiras da Brilhante II Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brilhante II Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Danilo Siman Simões - Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP.